



PROJETO PARA REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLO (ISC), PARLAMENTOS NACIONAIS E SOCIEDADE CIVIL PARA O CONTROLO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE (PRO PALOP-TL ISC)¹

ACTA

REUNIÃO DO ÚLTIMO COMITÉ DE PILOTAGEM DO PROJETO (CP)

01 & 02 DE FEVEREIRO DE 2018

LISBOA, PORTUGAL

A **última Reunião do Comité de Pilotagem (CP)** do Pro PALOP-TL ISC teve lugar nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2018, em Lisboa, no auditório Sousa Franco do Tribunal de Contas de Portugal, de acordo com o programa e agenda de trabalhos que se junta em anexo (anexo 1).

Como se pode constatar pela lista de participantes em anexo (Anexo 2), estiveram presentes na última sessão do CP **altos dignatários dos beneficiários principais do projecto**, nomeadamente dos **parlamentos**, das **instituições supremas de auditoria**, bem como **representantes dos demais membros do CP**, a saber, das **Delegações e da Sede (DEVCO) da União Europeia (EU)** e dos **Serviços dos Ordenadores Nacionais (ON) do FED** vindos de cada **PALOP e de Timor-Leste**. A representar o **executivo do projecto** estiveram **representantes do PNUD de Cabo Verde e da Guiné-Bissau**, bem como o **gestor do projecto** na qualidade de **chefe da unidade de gestão do projecto**. Estiveram presentes 37 representantes das instituições acima referidas².

O CP foi copresidido, como previsto nos arranjos de gestão do documento de projecto e da descrição da acção do Acordo de Contribuição assinado entre o PNUD e a EU, pela Embaixadora da União Europeia (financiador); pela Representante Residente do PNUD (executivo/administrador); pelo Presidente da Comissão Especializada para as Finanças e Orçamento, em representação do Presidente da Assembleia Nacional (beneficiário principal); e pelo Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde (beneficiário principal). Na medida em que a reunião se realizou nas instalações cedidas pelo Tribunal de Contas de Portugal, a sessão de abertura contou ainda com a presença do Presidente do Tribunal de Portugal que, na ocasião, proferiu Palavras de Ocasão e de Boas Vindas.

A Reunião foi facilitada pelo chefe da Unidade de Gestão do Projecto que contou, para as questões de ordem logística e operacional, com o prestimoso apoio do staff do Tribunal de Contas de Portugal.

Os trabalhos seguiram a proposta de ordem do dia abaixo indicada, aprovada pelo CP, conforme Agenda anexa:

Ordem do Dia do Comité de Pilotagem:

Dia 01.02.2018

1. Boas Vindas:

Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, na qualidade de anfitrião

2. Alocuções de Abertura:

Ulrika Richardson, Representante Residente do PNUD em Cabo Verde

¹ Este projeto é inteiramente financiado pela União Europeia.

² Por limites orçamentais num momento em que a fase de implementação operacional do projecto já havia terminado, não foi possível suportar os custos de participação dos tradicionais convidados e observadores do comité de pilotagem, representantes das organizações da sociedade civil e dos ministérios das finanças.



Sofia Moreira de Sousa, Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde

José Carlos Delgado, Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde

José Maria Gomes da Veiga, Presidente da Comissão Especializada para as Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde

3. Aprovação da Agenda e informação geral
4. **Breve apresentação por cada delegação dos resultados e impacto do projeto** em cada país beneficiário
5. **Apresentação dos Resultados** do Projecto pela Unidade de Gestão
 - a. Principais realizações
 - b. Execução financeira
6. **Feira virtual dos Produtos** do projecto & Conclusão dos trabalhos

Dia 02.02.2018

7. **Testemunhos nacionais:** partilha das lições aprendidas e visão estratégica – contribuições dos Chefes de cada delegação (Tribunais de Contas e Parlamentos)
8. Alocuções de encerramento do Comité de Pilotagem

Ulrika Richardson, Representante Residente do PNUD em Cabo Verde

Sofia Moreira de Sousa, Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde

José Carlos Delgado, Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde

José Maria Gomes da Veiga, Presidente da Comissão Especializada para as Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde

9. Foto de Família & Encerramento

Dia 01.02.2018

Ponto 1. Boas vindas

No seu discurso de boas vindas, o presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Vítor Caldeira, realçou o papel do projecto na capacitação dos tribunais de contas e na potencialização das dinâmicas e relações existentes entre estas instituições e os demais actores dos sistemas de gestão das finanças públicas que beneficiaram do projecto, a saber, os parlamentos, os ministérios das finanças, as organizações da sociedade civil.

Referiu que o Tribunal de Contas de Portugal foi um parceiro do projecto muito atento e que foram muitas as lições que a instituição que chefia recebeu dessa parceria, tendo salientado o valor acrescentado de alguns dos produtos, como os cursos de pós-graduação em gestão das finanças públicas desenhado e realizado em parceria com o ISCTE-IUL.

Concluiu, alertando para a necessidade de se compreender que o desenvolvimento de capacidades deve ser um processo contínuo, não obstante os ciclos de vida dos projectos e intervenções da natureza do Pro PALOP-TL ISC. Nesse sentido, Vítor Caldeira considerou salutar os esforços e iniciativas da EU, PNUD, ON e beneficiários para encontrar uma resposta de continuidade e de consolidação dos ganhos do Pro PALOP-TL ISC, reiterando a disponibilidade do Tribunal de Contas de Portugal para continuar a colaborar no contexto da OISC|CPLP e de forma bilateral num quadro de cooperação sul-sul e triangular que foi experimentado no contexto do Pro PALOP-TL ISC com sucesso internacionalmente reconhecido.



Ponto 2. Alocuções de Abertura

Em nome do executivo do projecto, a Representante Residente do PNUD em Cabo Verde, Ulrika Richardson, realçou na sua Alocução de Abertura o trajeto que os países beneficiários do projeto, em particular Cabo Verde, fizeram nos contextos nacionais para a consolidação das suas democracias. Para Ulrika Richardson, com o aprofundamento da democracia, novas demandas dos cidadãos exigem dos governos desses países maior responsabilidade, transparência e prestação de contas na gestão das contas públicas e que o Pro PALOP-TL ISC soube interpretar de forma adequada e bastante bem-sucedida esse desafio, promovendo a cooperação horizontal, trocas de experiências e aprendizagem entre pares.

Para a Representante Residente do PNUD de Cabo Verde, o projecto afirmou-se no domínio da promoção do Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), tornando-se numa boa prática internacionalmente reconhecida para a promoção de diálogo, de parcerias e ligações entre tribunais de contas, parlamentos, ministérios das finanças, organizações da sociedade civil para a promoção de instituições mais transparentes, prestadoras de contas, responsivas e inclusivas nos PALOP e Timor-Leste. Segundo a Sra. Richardson, esse é o domínio dos ODS 5 e ODS 16, respetivamente *“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”* e *“Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”*.

Em nome do financiador do projecto, a Embaixadora da UE em Cabo Verde, Sofia Moreira de Sousa, colocou a tónica nas abordagens e metodologias bastante inovadoras e eficazes utilizadas pelo projecto para desenvolver as capacidades dos beneficiários, assegurando sustentabilidade e apropriação nacional, mas também promovendo ativamente sinergias e coordenação com as intervenções bilaterais da EU e de outros parceiros nos países beneficiários.

Para a Embaixadora da UE em Cabo Verde, o projecto foi um excelente exemplo de uma parceria estratégica entre a UE e o PNUD no terreno, com resultados muito positivos e visíveis num domínio bastante complexo e tradicionalmente de limitado acesso a actores e parceiros externos aos executivos e fora do escopo da soberania nacional dos países beneficiários.

Seguiram-se as alocuções do Presidente do Tribunal de Contas, José Carlos Delgado, e o Presidente da Comissão Especializada para as Finanças e Orçamento, José Veiga, em representação dos beneficiários principais do projecto. Em ambas as alocuções, foram destacados os seguintes aspetos:

- ✓ A grande apropriação nacional por parte dos beneficiários e a sustentabilidade inequívoca das intervenções do Pro PALOP-TL ISC, tendo sido realçadas as mais significativas.
- ✓ A necessidade de consolidação dos ganhos do Pro PALOP-TL ISC, num momento em que é evidente a existência de uma promissora comunidade de práticas, instituições e pessoas que tem promovido importantes consensos sobre as melhores práticas para fazer face aos desafios do controlo externo das finanças públicas e de promoção da transparência orçamental nos PALOP e Timor-Leste.
- ✓ O papel importante que teve a Unidade de Gestão e o executivo do projecto no sucesso da intervenção e das acções realizadas.
- ✓ Os ganhos evidentes e inequívocos do projecto, bem como a vontade expressa pelos beneficiários e actores relevantes do projecto na continuidade e aprofundamento da lógica de intervenção, partindo da base de referencia do Pro PALOP-TL ISC.



Ponto 3. Aprovação da Agenda e informação geral

A Agenda foi apresentada e aprovada sem alterações, tendo sido dado seguimento imediato aos trabalhos.

Ponto 4. Breve apresentação por cada delegação dos resultados e impacto do projeto em cada país beneficiário

Todos os países beneficiários estiveram representados com pelo menos uma delegação nacional chefiada por um alto dignatário, mandatado para representar uma das “instituições beneficiárias principais” no seu país, nomeadamente os tribunais de contas e os parlamentos. As raras exceções deveram-se a motivos de “força maior”, como foram os casos das delegações do Tribunal de Contas de Angola e do Parlamento Nacional de Timor-Leste. As instituições beneficiárias do projecto que, tal como previsto nos arranjos de gestão do projecto, devem participar nos comités de pilotagem apenas na qualidade de convidados observadores não puderam participar por falta de recursos financeiros para financiar os custos de participação.

Todas as delegações presentes fizeram uma apresentação substancial e detalhada do grau de implementação e impacto das acções previstas nos seus planos plurianuais de trabalho (PTA 2014-2017). Estas apresentações podem ser consultadas em anexo (Anexo 3). As delegações foram unânimes em considerar o Pro PALOP-TL ISC:

- totalmente alinhado com os seus respectivos planos estratégicos e prioridades institucionais;
- implementado de forma eficaz e eficiente, tendo todas as acções previstas sido executadas;
- uma mais-valia para todas as instituições beneficiárias que acrescentou ganhos reais em matéria de desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais;
- um projecto implementado de forma inovadora e capaz de potenciar a apropriação nacional a todos os níveis;
- um projecto sustentável por ter sido capaz de fomentar e potenciar comunidades de práticas envolvendo as instituições beneficiárias em relações interinstitucionais cruzadas, permitindo trocas de experiências, de know-how, de metodologias e a aprendizagem entre pares que se revelaram muito profícuas;
- um projecto que contribuiu de forma fundamental para promover consensos importantes e alargados para o maior relacionamento entre os diferentes actores do ecossistema da gestão das finanças públicas e, muito particularmente, para o maior envolvimento da sociedade civil na actividade de controlo externo das instituições supremas de auditorias e da fiscalização legislativa parlamentar das contas públicas;
- uma lógica de intervenção que, não obstante os evidentes ganhos e avanços resultantes das suas acções, deve merecer mais investimento e continuidade com o objetivo de consolidar esses ganhos e realizações, mas sobretudo para permitir avançar a agenda da promoção do controlo externo, fiscalização legislativa e monitoria social das despesas públicas, bem como da transparência orçamental, tendo em conta os diferentes contextos e quadros legais nacionais, os planos estratégicos e interesses das instituições beneficiárias.

A Delegação da Câmara de Contas de Timor-Leste não deixou de alertar para o facto de não ter sido possível realizar parte substancial das acções que haviam sido planificadas para serem realizadas em Timor-Leste, não obstante o facto de parte dessas acções terem sido realizadas em Portugal e com o apoio do Tribunal de Contas de Portugal, no contexto de uma Carta-Acordo assinada entre o PNUD e aquela instituição.

Para a Câmara de Contas de Timor-Leste, as causas que estiveram na origem dessa insuficiência do projecto podem ter estado relacionadas com o contexto institucional da Câmara de Contas durante parte considerável do período de implementação do projecto, mas também as dificuldades da Unidade de Gestão do Projecto para assegurar uma comunicação mais fluída e constante com a instituição, pelas óbvias e tradicionais causas que afetam Timor-Leste – e.g. descontinuidade geográfica e comunicação com os demais actores do projecto.



A delegação da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe lembrou o interesse manifestado em beneficiar do curso de pós-graduação em gestão das finanças públicas realizado em Angola. Neste domínio, esta delegação ecoou, na realidade, uma posição partilhada pelo conjunto dos beneficiários.

Ponto 5. Apresentação dos Resultados do Projecto pela Unidade de Gestão

No período da tarde, o chefe da unidade de gestão fez uma apresentação detalhada dos resultados e realizações, bem como dos desafios e insuficiências do projecto. Foram destacadas:

- ✓ uma execução financeira de 99% (e que chegara aos 100% antes do fecho do projecto) e a certificação dessas despesas relativas aos 3 pré-financiamentos pela Delegação da UE em Cabo Verde;
- ✓ uma execução física cabal que permitiu dar resposta positiva, eficaz e eficiente a praticamente todas as demandas dos beneficiários, sem deixar de orientar as acções pelas boas práticas e standards internacionais para o controlo externo, a fiscalização legislativa e a monitoria social das despesas públicas, bem como da transparência orçamental;
- ✓ uma estratégia muito bem-sucedida e reconhecida a nível corporativo e internacional pelo PNUD como boa prática de comunicação e visibilidade das acções externas e financiamento da UE em projectos executados pelo PNUD;
- ✓ uma metodologia e lógica de intervenção focadas na cooperação sul-sul e triangular a nível institucional envolvendo mais de 40 instituições nos PALOP e Timor-Leste (mais Brasil e Portugal) que mereceram destaque do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul;
- ✓ uma menção honrosa como boa prática no Relatório Global Parlamentar para 2017 da UIP e Nações Unidas dedicado a tema da fiscalização legislativa parlamentar, por causa do conjunto de intervenções e realizações nos PALOP e Timor-Leste que contribuíram para promover coligações eficazes entre parlamentos e instituições supremas de auditoria (alargadas aos ministérios das finanças e sociedade civil) para a realização dos ODS 5 e 16.

Em contraponto, foram destacados os desafios que não foi possível transpor ao longo da implementação do projecto, em particular:

- um maior número de intervenções em reforço da participação da sociedade civil que, não obstante as razões justificáveis avançadas pelo executivo do projecto, acabaram por ter um atraso importante no arranque das suas acções;
- uma melhor coordenação a nível nacional com o funcionamento regular dos comités de coordenação do país a nível trimestral, e maior envolvimento dos serviços dos ordenadores nacionais;
- a necessidade de afinamento dos indicadores e metas, sobretudo a nível dos resultados/outputs (maior racionalização e focalização).

Dia 02.02.2018

O segundo e último dia do comité de pilotagem foi marcado pelos testemunhos dos chefes das delegações e participantes devidamente mandatados para representar as delegações, bem como pelas alocações de encerramento por parte do executivo, do financiador e dos beneficiários principais do projecto.

Destas intervenções cujo registo vídeo será tratado e partilhado, resultaram as seguintes conclusões e recomendações:



CONCLUSÕES DO CP:

1. O Pro PALOP-TL ISC foi executado de forma pertinente, eficaz, eficiente e sustentável, como o conferiram as três avaliações intercalares (duas missões de seguimento dos resultados encomendadas pela DUE-CV e uma avaliação intercalar encomendada pelo executivo do projecto) e o conjunto dos actores do projecto declara-se satisfeito com os resultados alcançados.
2. Não obstante os resultados positivos do projecto, os ganhos e avanços, bem como a dinâmica que resultaram da sua intervenção devem ser capitalizados e maximizados no contexto da continuidade e reorientação da sua lógica de intervenção.
3. Independentemente do fecho e de uma eventual continuidade da lógica de intervenção do projecto no contexto de uma outra acção, devem continuar a ser promovidas acções e iniciativas inspiradas nos sucessos e realizações do projecto a nível das comunidades de práticas fomentadas pelo projecto no domínio do controlo externo, fiscalização legislativa e monitoria social das despesas publicas.
4. O apoio ao projecto por parte do staff das delegações e dos escritórios do PNUD nos países beneficiários foi crucial para o sucesso do projecto, devendo por isso manter-se essa dinâmica e relacionamento institucional entre a EU e o PNUD no terreno.
5. A Unidade de Gestão do Projecto teve um papel central e fundamental para o sucesso do projecto, devendo, por isso, ser acautelado, na medida do possível, que o know-how acumulado seja capitalizado e utilizado nas intervenções futuras.

RECOMENDAÇÕES DO CP:

1. Aprovar o relatório final narrativo e financeiro do projecto.
2. Continuar a promover acções de colaboração e cooperação entre os beneficiários do projecto, independentemente do processo de fecho do projecto e de formulação de outras iniciativas.
3. Avançar com a maior celeridade possível para a formulação e aprovação de um novo projecto apostado numa continuidade da lógica de intervenção e metodologias participativas do projecto.
4. Promover os esforços necessários para assegurar que o capital e know-how da unidade de gestão do projecto mantenha-se no executivo do projecto.

Relator

Nome: Ricardo Godinho Gomes

Função: Gestor de Projectos e Chefe da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC

Instituição: PNUD

Assinatura:

Data: 06.03.2018